



## **A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ESCOLA DA TERRA - PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS: uma reflexão a partir da Educação do Campo**

**Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus** – UFT - GEPEC/UFT/CNPQ – Tocantinópolis –  
Tocantins - Brasil  
[sidinei.jesus@uft.edu.br](mailto:sidinei.jesus@uft.edu.br)

**Maciel Cover** – UFT - GEPEC/UFT/CNPQ – Tocantinópolis – Tocantins - Brasil  
[macielcover@uft.edu.br](mailto:macielcover@uft.edu.br)

**Marizane Magalhães de Oliveira** – UFT - GEPEC/UFT/CNPQ – Tocantinópolis –  
Tocantins - Brasil  
[magalhaesmarizanne@gmail.com](mailto:magalhaesmarizanne@gmail.com)

**Nara Lopes de Melo** - Escola Municipal. Prof. Maria do Carmo – Tocantinópolis –  
Tocantins - Brasil  
[. narah01@gmail.com](mailto:narah01@gmail.com)

### **RESUMO**

O curso de aperfeiçoamento “Escola da Terra” executado pela Universidade Federal do Tocantins, no âmbito do PRONACAMPO/SECADI/MEC, busca oferecer formação continuada para os professores que atuam em escolas do campo e quilombolas. Neste artigo propomos uma reflexão sobre a importância deste curso na formação destes profissionais e as implicações da discussão da questão agrária nestas comunidades. Observamos que o curso trouxe novas metodologias para que os professores possam utilizar nas suas práticas pedagógicas, observando as especificidades, a cultura e o saber popular dos sujeitos do campo. Eles e elas fazem parte também de uma dinâmica social, cultural e formadora extremamente rica que dá às suas práticas novos sentidos. Assim, consideramos objetivos alcançados quando os cursistas ecoaram em um só tom: “não sairemos dessa formação de mãos vazias”. Deste modo, os professores têm contato com novas metodologias de ensino que valorizam a realidade de cada aluno que frequenta a escola do campo.

**Palavras Chaves:** Escola da Terra, Educação do Campo, Questão Agrária.

## **LA IMPORTANCIA DEL CURSO DE FORMACIÓN DE PROFESORES - ESCUELA DE LA TIERRA - PARA EL ENFRENTAMIENTO DE LA CUESTIÓN AGRARIA EN LA REGIÓN NORTE DEL TOCANTINS: una reflexión a partir de la Educación del Campo**

---

## ABSTRACT

## RESUMEN

El curso de perfeccionamiento "Escuela de la Tierra" ejecutado por la Universidad Federal de Tocantins, tenía por objetivo ofrecer formación continuada para los profesores que actúan en escuelas del campo y quilombolas. En este artículo proponemos una reflexión sobre la importancia del curso en la formación de estos profesionales, así como, las implicaciones de la discusión de la cuestión agraria en las comunidades rurales. Observamos que el curso trae nuevas metodologías para que los profesores las utilicen en sus prácticas de enseñanza, teniendo en cuenta las especificidades, la cultura y el saber popular de los sujetos campesinos, una vez, que las mujeres y hombres campesinos forman parte también de una dinámica social, cultural y formadora extremadamente rica. Así, consideramos objetivos alcanzados cuando los cursistas resonaron en un solo tono: "no saldremos de esa formación de manos vacías". De este modo, los profesores tienen contacto con nuevas metodologías de enseñanza que valoran la realidad de cada alumno que frecuenta la escuela del campo.

**Palabras Claves:** Escuela de la Tierra, Educación del Campo, Cuestión Agraria.

## A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL

A educação do campo vem se construindo dentro de um campo marcado hegemonicamente pelo capital produtivo, que desde os primórdios privilegiou a exploração da natureza e principalmente da força de trabalho humano. Nessa perspectiva o desafio é imensurável, pois as forças hegemônicas que atua sobre o espaço agrário não permite outro tipo de educação que não seja aquela que atende a produção e reprodução do capital.

Segundo Calazans (1993), o modelo de educação pensado para o mundo rural teve ainda suas primeiras exibições no final do século XIX. Mas é nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente em 1930 que a educação rural ganha contornos de política educacional. Como mostra Cavalcante (2007), é nesse espaço rural que as políticas educacionais perpetuam e não conseguem vencer as demandas e necessidades históricas do Brasil.

É sistematicamente nas décadas entre 1940 que o movimento rural juntamente com o governo encara a educação rural como um problema e cria a política educacional mais conhecida como Ruralismo Pedagógico. Para Bezerra Neto (2003, p.11), o termo ruralismo pedagógico, foi pensado a fim de “definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia”.

---

Para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano (BEZERRA NETO, 2003, p.15).

Formidavelmente foi uma proposta perversa para produzir uma consciência desumana para a sociedade campesina, a fim de garantir a permanência do homem no campo, para fazer desenvolver não a vida social do trabalhador, juntamente com sua família, mas para expandir a produção capitalista no mundo rural. Segundo Abrão (1996, p. 23), “fica entendido no discurso ruralista o pressuposto de o homem da roça não está ‘integrado’, ‘ajustado’ ao sistema social e econômico cujo ponto central faz da terra o fator essencial de sustentação e riqueza para si e para o país”.

Observa-se que o interesse pela educação dos povos do campo, primeiramente parte de interesses contraditórios da real necessidade dos mesmos povos, são propostas educacionais que não levava o conhecimento ao sujeito e sim uma forma de domesticação para atender os “senhores” das terras. Houve durante décadas, um conluio entre estado e ruralistas para manter o ensino do campo longe da sua realidade e de seus objetivos.

Nesse interim da educação rural a proposta educacional se constituía de um conjunto de métodos e técnicas, muito bem estruturados, conduzido por uma retórica convincente, que a justificativa se dava no “combater” o êxodo rural e melhorar as técnicas de produção no campo. Para Canezin e Loureiro (1994, p. 83) “[...] A educação rural era defendida como forma de fazer do homem unidade produtiva e sempre romper com o atraso tecnológico da produção agrícola [...]”.

Por outro lado, com base nos manuscritos de muitos pesquisadores como, Bezerra Neto (2003; Canezin e Loureiro (1994); Abrão (1996); Calazans (1993) e outros que se debruçaram para o estudo da educação rural no Brasil, é possível enxergar que as políticas educacionais dessa educação nunca se diferenciaram da educação urbana. Nesse sentido o *ruralismo pedagógico* logo não se sustentaria, pois os conteúdos em matérias de ensino de aprendizagem não se adequavam à proposta de conhecimentos voltados para os sujeitos do campo.

Como mostra Medes (1946),

---

A educação rural sendo o 'preparo do homem para a vida no campo', não pode seguir a mesma orientação da escola urbana; necessita de métodos especiais, organização própria e, principalmente, de professores com formação técnica rural feita em estabelecimentos de ensino normal rural (MENDES, 1946, p. 25).

O próprio ruralismo pedagógico se construiu como crítica a educação rural, pois na sua concepção a ideia de ensino rural seria para além da localização geográfica das escolas. A propósito, o currículo da educação urbana não culminava com a vida das pessoas que viviam no campo.

Em síntese, da República velha até as primeiras décadas do século XXI é inegável o avanço no contexto da educação rural, mesmo sendo ela na mesma perspectiva educacional adotada no Estado Novo, aquela voltada para o desenvolvimento produtivo no campo. Através das lutas sociais foram criadas as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), as Casas Familiares Ruaris (CFR) e outros sistemas que culminasse na melhoria do aprendizado dos povos camponeses, como por exemplo, a educação por alternância.

Por outro lado, a educação rural é marcada por incoerências pedagógicas, no sentido de que essa, construiu uma história antagônica às especificidades dos povos do campo. Como acrescenta Neagle (2001), todo 'entusiasmo pedagógico' da educação rural visava apenas o crescimento econômico do país e não no desenvolvimento sociocultural do campo.

Diante da concepção da educação para os povos do campo, Silva (1957), já chamava atenção, para mostrar que não (era) é possível melhorar a vida dos povos do campo sem uma educação de qualidade, que vai de encontro com a realidade camponesa. Então, no que se é possível acompanhar, no contexto da vida camponesa, ainda existe um grilhão a ser rompido para mudar a realidade da educação dos povos que vivem no campo:

E só teremos a verdadeira escola rural quando ela for capaz de se tornar o centro de irradiação e cultura na zona em que atuar; quando for capaz de modificar o ambiente humano, melhorando-o; quando puder, enfim, contribuir para o aproveitamento integral das possibilidades da zona rural, bem como da elevação do nível de vida de nossas populações rurícolas; quando ensinar o homem do campo a vencer as endemias, a subnutrição e a não devastar as reservas naturais, [...]; quando contribuir para a recuperação dessa grande massa de população do país [...]. (SILVA, 1957, p. 35).

É nesse enfoque que surge uma nova proposta de educação, a Educação do Campo. Essa é uma educação que nasce a partir dos muitos entraves que a educação rural não conseguiu superar. Na sua essência, a educação do campo é pensada para atender as especificidades dos povos do e no campo.

---

A educação rural por sua vez foi pensada e empregada dentro de um contexto geral, colocando todos os povos do território brasileiro sob as mesmas condições de acesso a essa educação. E por não levar em consideração as desigualdades sócioterritoriais e econômicas, a educação rural serviu a penas para alargar ainda mais essas problemáticas que ao longo da história do Brasil, esteve sempre presente na vida cotidiana dos povos do campo.

Segundo Arroyo, (2006, p.104) é necessário “pesquisar como estas desigualdades marcam profundamente a construção ou a não construção do sistema educativo, de políticas educativas, de garantias de direitos, especificamente do direito à educação. Marcam a própria escolarização e a escola” (ARROYO, 2006, p.104).

Diante da necessidade de superar o atraso e as desigualdades sob tudo no campo, os movimentos sociais, juntamente com pesquisadores como, Miguel Arroyo, Mônica Castagna Molina, Roselí Saleté Caldart e outros, acreditaram que isso seria possível pelos moldes da Educação do Campo. E juntos passaram a construir uma agenda de debates para pensar e construir as propostas que vai de acordo com as necessidades especificidades dos povos do campo.

Então no final da década de 1980 e início década de 1990 houve grande movimento no campo, onde o protagonismo principal foi os próprios povos do campo que passou a reivindicar com mais autoridade a Educação do Campo. A partir da luta organizada dos movimentos camponeses, a educação do campo foi implantada como um direito dos povos do campo e dever do estado. Assim a “Educação do Campo ficou reconhecida em leis que regulamentam a educação no Brasil, como na Constituição de 1988 e na LDB n. 9.394/96, aprovada em dezembro de 1996” (BAVARESCO e RAUBER, 2014, p. 88).

Mesmo sendo reconhecida como um dever obrigatório do estado, a Educação do Campo ficou em segundo plano. Vale destacar que só a partir de 2003, com a chegada dos governos de esquerda no governo, a Educação do Campo passou a ser vista de fato como direito, porém, as metas dessa educação contemplada pelo Plano Nacional de Educação, de 2001 a 2010 não foram suficientes para atender as mudanças esperadas na educação do campo.

Para Bavaresco e Rauber (2014, p.88), só “A realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), no período de 28 de março a 01 de abril de 2010, reorganizou e estabeleceu novas metas para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) que compreenderá de 2011 a 2020”.

Segundo Souza e Marcoccia (2011, p. 202):

---

Entretanto, cabe indagar: O documento final do PNE 2011-2020 aprovará uma política de educação do campo referendada pelos movimentos sociais? As metas e estratégias serão cumpridas? [...] A realidade dos municípios brasileiros, no que tange à educação do campo, é semelhante: professores temporários, precariedade no transporte escolar de alunos e professores, carência de atendimento educacional especializado, e material didático frágil no que se diz respeito ao tema campo brasileiro. Como articular municípios, estados e união no desenvolvimento da educação do campo? [...].

A flexão sobre a Educação do Campo a partir daqui é que já estamos no final do PNE 2011-2020 e os avanços na educação do campo ainda não foram suficientes para atender as demandas do e no campo. Os estados e municípios tem se preocupado muito mais em fechar as escolas do campo do que condicionar o amplo funcionamento dessas escolas.

Por outro lado, o governo federal criou cursos superiores de bacharelados e de licenciaturas em educação do campo em diversas Instituições Federais de Ensino, com finalidade de formar profissionais para atuar nas escolas do campo. Porém, os profissionais dessa área, tem encontrado dificuldade para encontrar vagas de trabalho nas escolas do campo, pois o governo federal, juntamente com os estados e municípios não criou leis específicas para a contratação dos educadores do campo.

Nessa perspectiva, enquanto as escolas do campo ‘mendiga’ por educadores do campo, as IF’s tem se encarregado de atuar na capacitação de parte dos professores que hoje atuam nas escolas do campo. Nesses dois últimos de 2017 e 2018, a Universidade Federal do Tocantins – UFT, por exemplo, por meio do Curso de Formação Escola da Terra capacitou mais de 300 professores da educação básica que atua nas escolas do campo na região Norte e Sudeste do estado do Tocantins.

## **CURSO DE FORMAÇÃO ESCOLA DA TERRA: DINÂMICA E FUNCIONAMENTO**

A formação continuada e o aperfeiçoamento dos professores das escolas do campo é um dos pilares da ação do PRONACAMPO/ SECADI/MEC. O Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra é uma destas atividades que tem por finalidade oferecer preferencialmente aos professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas, uma formação com carga horária de 180 horas com temas pertinentes ao trabalho docente nas diferentes áreas de conhecimento.

---

Em 2017, a Universidade Federal do Tocantins, passou a oferecer este curso, tendo por objetivo:

Promover a formação continuada específica de 200 professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas pela oferta de recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas do estado do Tocantins. (UFT, 2017, p. 5)

A oferta destes cursos foi desenhada no regime de alternância pedagógica, concebendo a possibilidade de combinar a dinâmica do trabalho docente com a presença no curso oferecido, tanto do ponto de vista de possibilitar a participação dos professores sem prejuízo ao andamento das atividades nas escolas, como também de ter o trabalho docente como ponto de partida e chegada das atividades do curso, numa tentativa de consorciar teoria e prática, tendo em vista o aprimoramento das atividades de ensino nas escolas do campo e quilombolas.

O curso foi concebido a partir de professores dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo: Artes e Música, dos Campus de Tocantinópolis e Arraias. As atividades presenciais do curso foram distribuídas em núcleos regionais que agregavam os municípios próximos, priorizando o atendimento das regiões norte, área mais próxima a Tocantinópolis e a região sul e sudeste, área mais próxima a Arraias. Na região sul e sudeste os núcleos de formação ficaram sediados em Arraias, São Salvador do Tocantins, Porto Nacional, Taguatinga e Dianópolis. Na região norte do Tocantins as atividades se centraram em três núcleos sediados em Tocantinópolis, Babaçulândia e Esperantina, que contemplaram 12 municípios. Neste trabalho, nossa reflexão está pautada sobre a ação realizada na região norte do Tocantins.

O núcleo de Babaçulândia, congregou também os municípios de Filadélfia e Wanderlândia. O núcleo de Tocantinópolis, reuniu os municípios de Darcinópolis, Nazaré e Santa Teresinha do Tocantins. Do núcleo de Esperantina fizeram parte os municípios de São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Buriti do Tocantins e Axixá do Tocantins.

O curso foi desenvolvido em seis módulos. O primeiro módulo foi de abertura, com mesas e temas pertinentes ao aspecto mais geral da proposta pedagógica e da legislação da Educação do Campo. O tema das quatro etapas intermediárias foram Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas. O último módulo foi de encerramento, onde se organizou o I Encontro do Escola da Terra da região norte de Tocantins juntamente com

---

a IV Jornada Universitária pela Reforma Agrária, realizada em parceria com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes e Música.

A carga horária de cada módulo era distribuída com 20 horas realizadas no Tempo Universidade, nas sedes dos núcleos: Babaçulândia, Tocantinópolis e Esperantina. O Tempo Comunidade, era realizado pelos cursistas em suas escolas, com atividades encaminhadas pelos ministrantes de cada módulo, somando 17 horas. O último módulo foi realizado no Campus da UFT em Tocantinópolis, reunindo todos os cursistas dos três núcleos. Além dos trabalhos desenvolvidos no Tempo Comunidade, foi orientada a elaboração de um Memorial, onde cada grupo pode apresentar como pôster na etapa de encerramento. No módulo de encerramento os cursistas trouxeram várias experiências vivenciadas nos respectivos módulos. Tais experiências foram pautadas a partir dos trabalhos realizados ao longo da formação.

Ao todo, na região Norte do Tocantins, foram envolvidos 130 cursistas, professores das redes municipais e estaduais, além de representantes de movimentos sociais e da Escola Família Agrícola Bico do Papagaio, Pe. Josimo, de Esperantina, que também foi sede de um dos núcleos de formação. Cada núcleo atendeu um público mínimo de 40 cursistas, advindo das secretarias municipais de educação circunvizinhas aos respectivos núcleos e mais alguns cursistas que atua na rede estadual de ensino.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE DO TOCANTINS**

Em termos das definições do IBGE, quando falamos de “Região Norte do Tocantins” nos referimos às microrregiões do Bico do Papagaio e Araguaína, que juntas somam 42 municípios, o que corresponde a 30% dos municípios e a 15% da área do estado. Nesta região vive 35% da população do Tocantins. (IBGE, 2010). A maioria destes municípios tem menos de 10 mil habitantes. As atividades agrícolas e do meio rural tem forte presença na economia e nas relações sociais locais.

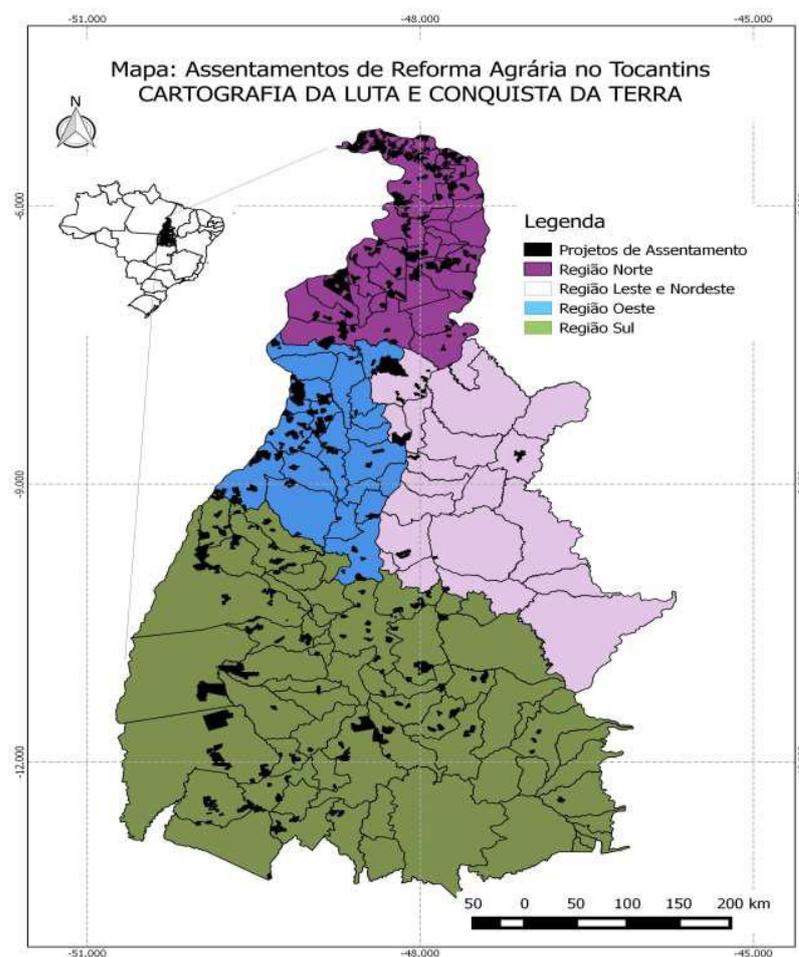
A região norte do Tocantins é marcada pela diversidade de atores no meio rural: assentados, posseiros, agricultores familiares, atingidos por barragens, quebradeiras de coco-babaçu, acampados. A presença de conflitos agrários é uma característica da formação histórica deste território. Atualmente é uma região com uma significativa quantidade de assentamentos da reforma agrária. De acordo com os dados do INCRA, no período entre 1987 até 2014 foram criados 150 assentamentos na região Norte do Tocantins, atendendo a

9831 famílias assentadas, num espaço de 403.604 hectares. Estes dados representam 40% dos assentamentos, 40% do número das famílias assentados e 32% do total das áreas de reforma agrária no estado.

Nesta região atuam diferentes movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco, Movimento de Mulheres Camponesas, Confederação das Organizações Quilombolas do Tocantins, além de inúmeras associações, cooperativas e colônias de pescadores.

O seguinte mapa elaborado por Messias Barbosa Vieira (2016), a partir da compilação dos dados do INCRA, nos oferece uma representação da espacialidade dos assentamentos em Tocantins, detalhando a localização por regiões.

**Figura 1 - Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária no Tocantins 1987-2014.**



Fonte: MDA/INCRA - Organização BARBOSA (2016).

---

A densidade de assentamentos de reforma agrária é apenas um dos indicadores que caracterizam o meio rural da região norte do Tocantins. Além de assentamentos, destaca-se a presença de comunidades tradicionais, terras indígenas, comunidades quilombolas.

É uma região em que as dinâmicas sociais e econômicas nos remetem a um debate sobre a questão agrária, aqui entendida como um esforço de interpretação de diferentes ciências (economia, antropologia, sociologia, geografia, história, ciências jurídicas) interessadas em compreender o regime de propriedade, a posse e o uso da terra. Como referências deste debate, Caio Prado Jr. (1979) e Alberto Passos Guimarães (1968) são alguns dos primeiros brasileiros a se debruçarem sobre essa temática. Nos dias atuais, as reflexões de Guilherme Delgado (2017) são muito contundentes para compreendermos a problemática da questão agrária brasileira.

Considerando estes pontos, uma das aproximações propostas pelo Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra era de mediar debates sobre a questão agrária em conjunto com os professores das escolas do campo e quilombolas, inseridas nestes contextos de assentamentos, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. Dessa maneira, a alternância pedagógica pela qual o curso se organizou possibilitou um movimento de constante consideração da realidade das escolas e comunidades, tendo em vista a apreensão dos temas agrários.

## **O TEMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

As práticas educativas que permeiam a educação no meio rural foram fortemente marcadas pela herança do ruralismo pedagógico, onde é abordada uma concepção de campo caracterizada como um espaço somente de produção, com relações sociais consideradas atrasadas.

Dentro deste projeto educativo, o foco é a discussão restritamente técnica do conhecimento, sem considerar os demais aspectos e dimensões que compõem o quadro do mundo agrário. Dessa maneira, a questão agrária não é tematizada, por não ter sentido naquele conjunto de discussões.

As intenções do conjunto de atores públicos envolvidos na discussão da educação do campo é de debater o mundo agrário desde outra perspectiva, de maneira integral ou unilateral nos termos da discussão de educação propostas por Karl Marx. Isso implica em

---

compreender o campo como um espaço de vida, de trabalho, de relações sociais entre seus próprios atores envolvidos numa complexa trama globalizada.

Nestes termos, a discussão da questão agrária se torna pertinente para ser debatida com os educadores e educadoras do campo, uma vez que a mesma, propõe a observação do ponto de vista diferentes ciências que discutem o tema, para se compreender a ação humana neste âmbito de realização da reprodução social da vida.

No decorrer do curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, a temática da Educação do Campo perpassou os módulos, através das discussões temáticas, leituras de texto, diálogo sobre as realidades do trabalho pedagógico junto as turmas multisseriadas.

Um dos princípios que conduziu o trabalho pedagógico do curso foi de partir das discussões do ambiente onde está inserida a escola e os educadores, estudar temas pertinentes a este contexto e voltar a atenção para desenvolver atividades de ordem prática nas escolas. O mote prática-teoria-prática, que revela um método particular de organizar o trabalho, a ciência e a educação, e se demonstra apropriado na medida em que os sujeitos envolvidos refletem sua ação na intenção de aperfeiçoar seu trabalho.

No módulo de discussão de ciências da natureza, o tema de destaque foi a agroecologia. Outros temas como a Questão agrária, a Reforma Agrária, Modos e Sistemas de Produção Sustentáveis, Água, Movimento Sociais, Território e Territorialidades dos Movimentos Sociais Campesinos e Agronegócio. O debate e a elucidação acerca desses temas foram de suma importância para que os professores das escolas do campo pudessem desenvolver suas atividades escolares dialogando com a realidade de seus alunos.

A proposta que predominou durante o “módulo de Ciências da Natureza” foi relevante a produção de forma sustentável, colocando como base os conteúdos ensinados pelos respectivos professores nas escolas do campo. A ideia foi desenvolver mecanismos para que os professores pudessem usar as temáticas acima citados dentro das suas respectivas disciplinas desenvolvidas na educação básica do campo.

No módulo de discussão das ciências humanas e sociais, ocorreu a discussão de temas como Campesinato, Reforma Agrária, Assentamento Rural, Povos e Comunidades Tradicionais, Território Camponês, Quilombos, Quilombolas e Cultura Camponesa. O entendimento destes temas pertinentes a questão agrária, foi construído em diálogo com as percepções dos sujeitos desde seu lugar.

Uma das propostas adotadas para se acercar da questão agrária foi a discussão do “Inventário da realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo”. O objetivo

---

central dos inventários da realidade é organizar e sistematizar conhecimentos que estão no “entorno da escola” e que são relevantes para o aprendizado da condição de cidadão das crianças e jovens, estudantes das escolas do campo.

Algumas escolas já tem a prática de discutir o “entorno” da escola em seu plano curricular, trabalhando uma série de temas no campo da cultura, agroecologia e tradições. Para outras escolas, o Inventário da Realidade se apresentou como uma novidade, que passará a ser desenvolvida na organização do trabalho pedagógico.

Ao se discutir o “entorno” da escola a questão agrária se impõe com forte evidência, tendo em vista o contexto passado e presente de disputas pela posse da terra, ao mesmo tempo em que se desenvolvem processos de consolidação de assentamentos rurais, com cooperativas e escolas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em termos gerais podemos afirmar que a Educação Rural foi e continua sendo um instrumento político que contribui para a segregação da educação dos povos do campo, pois da sua primeira utilização até os dias atuais, não houve fatos concretos de transformação do povo campesino. Vale destacar que nem mesmo no ágio ‘otimismo pedagógico’ a educação rural conseguiu sua eficiência.

Por outro lado, a Educação do Campo, foi pensada em termos diferentes, para superar os paradigmas da educação rural. Nessa lógica a educação alveja as especificidades dos povos do campo e dá forma como é projetada visa dá condições para que diminua as desigualdades sociais, sobre tudo, no campo.

Nesse sentido o trabalho de formação de professores que atuam nas escolas do campo, é fruto de uma demanda que a educação rural conseguiu vencer. A educação do campo a partir dos seus vícios políticos e pedagógicos além de contribuir na formação de professores para atuar nas escolas do campo, atua de forma consistente para capacitar os professores que nessas escolas já atuam.

Esse é um dado de grande relevância, porque abre visões e perspectivas para que haja uma compreensão mais objetiva acerca dos problemas agrários que dinamiza os conflitos no campo agrário brasileiro. Diante disto, a Educação do campo busca produzir um diálogo fundamentado na construção de valores que condiciona os sujeitos do campo a lutar contra

---

as perversidades do capital e por um espaço de vida centrado em valores sociais e culturais que preservem a sua identidade.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, José Carlos: **O educador a caminho da Roça**: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Campo Grande: EduUFMS, 1986.

ARROYO, Miguel Gonzalez.; FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. São Paulo: Peres, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.103-116.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; RAUBER, Vanessa Daiane. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS. Unoesc & Ciência-ACHS**, v. 5, n. 1, p. 83-92, 2014.

BARBOSA, Messias Vieira. **Reforma agrária no Tocantins**: uma análise da luta e conquista da terra a partir do Assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois – Tocantins. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). 2003, Universidade Federal de Campinas, 2003.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, Jacques e et. al (Org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. (Org.). **Educação do Campo e pesquisa II**. Brasília: MDA/MEC, 2010, p.65-73.

CANEZIN, Maria Tereza. LOUREIRO, Walderês Nunes. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **Escola família agrícola do sertão**: entre percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. 152 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In: DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira**:

---

desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p.12-21.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Editora. Paz e Terra, 1968

MENDES, Floraci Artiaga. A ruralização do ensino. **Revista de Educação e Saúde**. Goiânia, Imprensa Oficial, ano 14 n°. 29-30, agosto/tembro de 1946, p. 24-25.

NEAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2ª Ed. RJ. DP&A, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SILVA, Ruth Ivoty Torres Da. **A escola primária rural**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1957.

SOUZA, M. S.; MARCOCCIA, P. C. de P. **Educação do Campo, escolas, ruralidades e o projeto do PNE**. Salvador, v. 20, p. 191-204, jul./dez. 2011.

---

**Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus** - Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT (2011), é especialista em Educação e Gestão Ambiental, pela Faculdade do Rio Sono (2012), é especialista em Apicultura pela Universidade de Viçosa (2011), Especialista em Educação do Campo pela Faculdade Eficaz (2015), e mestre em Geografia pela Universidade de Brasília - UNB (2014). Atualmente, atua como professor assistente no curso de Turismo Patrimonial e Sócio Ambiental (Campus de Arraias) e no curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Artes Visuais e Música (Campus de Tocantinópolis) da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, cerrado, território, mata ciliar, reforma agrária, assentamento rural, agricultura familiar, agronegócio e questão agrária.

**Maciel Cover** - Possui graduação em Pedagogia da Terra pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2005) Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2011). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2015) com estágio doutoral (PDSE/CAPES) no Programa de Economia Humana da Universidade de Pretória/África do Sul. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (2018). É Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, atuando no Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes e Música, campus de Tocantinópolis, onde também foi coordenador (2016-2017). Foi coordenador do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra da Universidade Federal do Tocantins (2017-2018). Integra o coletivo de pesquisadores do Sub/7/Rede Universitas-Brasil. Tem experiência e interesse nas seguintes áreas de pesquisa: Estudos Migratórios, Sociologia do Trabalho, Sociologia Rural, Juventude Rural, Educação do Campo, Questão Agrária, Formação de Professores, Economia Humana e Cartografia Social.

**Marizane Magalhães de Oliveira** - É técnica agropecuária com habilitação em Agricultura, pela Escola Agrotécnica Federal de Araguatins/TO (EAFA, 2007); graduada no Curso de Letras/Português, pela Universidade Federal do Tocantins (2017); pós graduada na modalidade especialista em Docência no Ensino Superior, pela Faculdade Eficaz de Maringá (2018); graduanda na modalidade complementação pedagógica no Curso de Pedagogia, pelo Instituto Unicesumar de Araguaína/TO. É professora substituta na Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína/TO. Tem ministrado as seguintes disciplinas: gramática normativa, história da língua portuguesa, semântica, educação e tecnologias contemporâneas e fundamentos da educação inclusiva.

**Nara Lopes de Melo** - Graduada e especialista em geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e graduada em Pedagogia pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA) e especialista em Educação

---

Especial/Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Atualmente é professora de geografia e da EJA na rede estadual e municipal de educação de Balsas-MA.

---

Recebido para publicação em 26 de dezembro de 2018.

Aceito para publicação em 18 de fevereiro de 2019.

Publicado em 18 de março de 2019.